



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA

MOÇÃO

PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES EM AÇÕES DE LUTA

Desde a sua tomada de posse que o atual governo, apresentando a consolidação orçamental e a dívida externa como os principais problemas a resolver no país, aprofundou um conjunto de opções políticas que já vinham de governos anteriores, não resolvendo nada, mas acentuando os problemas iniciais, com mais recessão, mais dívida e menos emprego.

Sob o pretexto da Troika, mas não tendo qualquer pudor em ir ainda mais além, esta política de direita está a “destruir limiares mínimos de vida coletiva”, e só não vai mais longe porque encontra a resistência dos trabalhadores e das populações.

As privatizações de sectores fundamentais e estruturantes da economia, como a Energia e as Comunicações, aos quais o Governo quer juntar em breve o sector dos Resíduos e o que resta na mão do Estado do sector dos Transportes, não significaram nem significarão melhores serviços. Pelo contrário, o que se assiste é a uma degradação do serviço prestado e a um aumento de custos para o utente.

Mas o papel deste Governo, desta Maioria, e deste Presidente ficará na história como o maior ataque de sempre ao funcionamento do Estado Democrático: o estrangulamento do Poder Local; o caos na Justiça não só provocado por um problema técnico, mas por uma reforma que se caracteriza pelo afastamento do Sistema Judicial das populações; por um Sistema de Ensino cada vez menos inclusivo e crescentemente elitizado, onde até já são permitidas turmas de “alunos com características semelhantes”; a degradação do Sistema Nacional de Saúde, onde a falta de financiamento, a falta de profissionais e a falta de meios técnicos colocam em causa aquelas que são as obrigações do Estado de “garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação”; ou de uma Segurança Social que numa situação de crise gravíssima como aquela por que passamos, onde o desemprego e a pobreza subiram a níveis que julgávamos já não serem possíveis, diminui apoios e prestações sociais.

Este é também o Governo e esta é também a política que ataca os símbolos da nossa memória coletiva. A implantação da República a 5 de Outubro de 1910 permitiu pela primeira vez a igualdade social entre todos os cidadãos. A eliminação do feriado comemorativo de 5 de Outubro também constitui por si só uma opção de classe.

Opção de classe que se revela em todo o seu esplendor pelo incentivo à emigração forçada, fruto das opções políticas de direita perpetuadas pelos governos dos PEC, das Troikas e dos Tratados Orçamentais, e comentadas em tons ofensivos por vários membros do Governo em algumas alegorias indigentes, tais como “sair da zona de conforto”.

Mas este é também um governo fora da lei, que de um lado pública uma lei injusta e penalizadora para os trabalhadores, que atenta contra a contratação coletiva e insiste em colocar em causa a autonomia constitucionalmente reconhecida do Poder Local com a não publicação dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública, instrumento de regulação do tempo de trabalho, e por outro esconde as suas malfeitorias aos trabalhadores numa antecâmara de despedimentos e “requalificação profissional”.

O aumento do Salário Mínimo Nacional que agora se anuncia chega tarde e chega curto. A em tempos alegada indexação dos salários à produtividade é uma falácia e o valor do salário mínimo a sua maior evidência.

É neste contexto adverso que importa defender e valorizar o sindicalismo de classe, unitário, solidário, democrático e de massas, na defesa dos trabalhadores e dos seus interesses, contra a exploração capitalista, constituindo um imperativo nacional pedir a demissão deste Governo, mudar de política, por uma alternativa política que defenda a soberania nacional e promova o desenvolvimento do País.

A CGTP, que agora comemora os seus 44 anos, está desde sempre na luta pelo emprego, pelo combate à precariedade, pela efetivação dos direitos, pela defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, pelo que a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 26/09/2014 apela a todos os trabalhadores, a todo o Povo Português, para que participem na quinzena de ações e lutas nas empresas e sectores de atividade, que se prolongam até 5 de Outubro, em defesa dos salários, do emprego, dos direitos e da contratação coletiva.

Depois de aprovada, esta moção deverá ser encaminhada para o Sr. Presidente da República, para a Srª Presidente da Assembleia da República, para o Sr. Primeiro-Ministro, para os Grupos Parlamentares e para a CGTP-IN.

Moita, 30 de setembro de 2014

Assembleia Municipal da Moita
O Presidente

(João Manuel de Jesus Lobo)

Aprovada por maioria com vinte e um votos a favor, sendo dezanove da CDU, dois do BE; nove votos contra, sendo sete do PS, dois do PSD; uma abstenção do PS, na sessão ordinária de 26 de setembro de 2014.